

Considerações a respeito da vida de mulheres trabalhadoras de mais idade das camadas populares

*Considerations about the life of older women workers of
the popular strata*

Mirian Teresa de Sá Leitão Martins
Thaiana Rodrigues

RESUMO: Este estudo propõe discutir a maior visibilidade das mulheres que têm mais de 60 anos nas últimas décadas, focalizando as condições de vida desse contingente feminino das camadas populares. Nesta análise, focalizam-se as novas frentes de inserção delas na sociedade, a iniquidade de acesso à escolarização e as dificuldades encontradas no trabalho e de ter melhores rendimentos. Identifica que, devido à desigualdade social, há a prevalência dessas mulheres no trabalho doméstico remunerado e de outros de natureza informal; o que dificulta que possam ter seus direitos trabalhistas garantidos, assim como as dificuldades encontradas pelas mais pobres, no que tange a relações mais igualitárias. Trata-se de um trabalho de natureza qualitativa, do tipo bibliográfico exploratório.

Palavras-chave: Desigualdade; Gênero; Mulher.

ABSTRACT: *This study proposes to discuss the increased visibility of women who have more than 60 years in recent decades, focusing on the living conditions of the female contingent of the popular strata. This analysis focuses on the new insertion fronts of them in society, inequalities of access to schooling and the difficulties encountered at work and have better incomes. Identifies that due to social inequality for the prevalence of women in remunerated*

domestic work and other informal in nature; what makes that may have their labor rights guaranteed, as well as the difficulties faced by the poorest as it pertains to more egalitarian relations. It was a work of qualitative nature, exploratory bibliographic type.

Keywords: *Inequality; Gender; Women.*

Considerações iniciais

A maior visibilidade, na sociedade, dos que têm mais de 60 anos nas últimas décadas é inegável. A expectativa de vida em todo o mundo está aumentando. Acredita-se que até o ano 2050 haja dois bilhões de idosos, 80% deles nos países em desenvolvimento. O Relatório Nacional sobre o envelhecimento da população brasileira (IBGE, 2010) sinaliza o seu crescimento exponencial.

A participação de idosos no total da população passou dos 4%, em 1940, para 9% em 2000 e, segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2010, o número de idosos passou de 14,8 milhões, em 1999, para 21,7 milhões, em 2009, o que aponta que, no ano de 2025 no Brasil, estes serão aproximadamente 30 milhões, ou seja, quase 13% (IBGE, 2010). As mulheres são as que mais vivem e estão inseridas cada vez na sociedade. Da população de idosos, elas são 56% em 2009 (IBGE, 2010); o que traduz a *feminilização* da velhice.

Quanto à escolarização, houve uma diminuição do índice de analfabetismo entre a população de 54 anos a 60 anos (INEP/MEC, 2005). Pinheiro, Fontoura, Querino, Bonetti e Rosa (2008) apontam a diminuição dessa taxa de analfabetismo entre a população de 60 anos ou mais: em 2005 era 31,1%, passando para 28,4%, em 2007. A busca pelo estudo é motivada por uma série de fatores, sendo um deles os baixos índices de escolaridade na sociedade brasileira desse grupo etário.

Entendemos que, ao analisarmos essa questão, é importante pensar sobre o efeito que as mudanças da condição da *mulher*, na sociedade brasileira nas últimas décadas, operaram em suas vidas. As conquistas femininas, sem dúvida, vão influenciar e abrir novas possibilidades; elas passam a transitar para além do âmbito doméstico e a estarem inseridas em outros contextos.

Foram muitas as transformações no cotidiano feminino a partir dos anos 1980-1990.

Houve avanços significativos na projeção delas no espaço público com a sua entrada maciça no mercado de trabalho e o aumento da escolaridade (Bruschini, 2007). Cada vez mais estão presentes no mundo corporativo, seja pelo desejo de realização pessoal por meio do exercício de uma profissão externa, e/ou pelo aspecto econômico, pois sustentam sozinhas e/ou compartilham as despesas de suas famílias com seus companheiros. Todas essas conquistas repercutem *na vida de mulheres de diferentes gerações* e na representação dos papéis femininos na sociedade contemporânea.

No que tange à educação, em relação a elas ocorreu nos centros urbanos, no Brasil, um aumento significativo. A escolaridade média é de 7,4 anos comparando com a população total (IBGE, 2007). Houve também um crescimento da qualificação profissional. Em 1996, 55,3% das mulheres frequentavam estabelecimentos de ensino superior, passando em 2006 para 57,5% (IBGE, 2007). Para as de mais idade, porém, esses números não são tão animadores; em 2000, são de 3,1 a média de anos de estudo entre as que têm mais de 60 anos (IBGE/Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios no Brasil, 2003), embora tenha havido um leve aumento, passou a 3,9 a média, com um maior índice na região Sudeste, que chega a 4,6 (PNAD/IBGE, 2007).

Tais indicadores denotam que homens e mulheres, em especial aqueles entre 60 e 64 anos, cada vez mais buscam e estão ocupando espaços importantes nas suas famílias e na sociedade. Questões estas que ampliam a discussão a respeito desse contingente populacional, e demonstram a importância dessas transformações na discussão a respeito da resignificação da subjetividade dessas mulheres. Então, o presente trabalho discute a visibilidade das mulheres de mais idade como atores sociais importantes na sociedade brasileira e as dificuldades encontradas pelas mais pobres, no que tange a relações mais igualitárias. Já que para aquelas que pertencem a esses estratos o acesso ao conhecimento não ocorre de forma igual para todas e, conseqüentemente, acabam tendo ocupações com menor remuneração, o que revela cidadanias diferenciadas, que expressam a posição do indivíduo-cidadão na estrutura produtiva.

Metodologia

Trata-se de um trabalho de natureza qualitativa, do tipo bibliográfico exploratório. O

procedimento técnico deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica e documental, utilizando a *metanálise*, que se caracteriza por ser uma revisão sistemática de outros estudos com o intuito de analisar e produzir novos resultados (Chizzotti, 2005).

A aproximação com o universo feminino

A presença do contingente feminino de mais idade nos bancos escolares já foi sinalizada, quando essa temática recebeu a abordagem de Pinheiro, Fontoura, Querino, Bonetti e Rosa (2008), que apontam uma diminuição no que se refere à taxa de analfabetismo, que em 2005 era de 31,1%, tendo passado para 28,4% em 2007, o que demonstra que o segmento feminino está se escolarizando. Pesquisas como as de Martins (2004), Beltrame (2006), Abramo (2007), dentre outras, apontaram também o aumento de mulheres que aprenderam a ler e escrever nos últimos anos. Essa demanda pode ser compreendida pelos baixos índices de anos de estudo desse grupo.

É incontestável que mulheres de mais idade estão conquistando novos espaços sociais. A tendência atual nas sociedades é que essas pessoas se insiram cada vez mais nos diversos contextos, que possam nessa fase da vida realizar novas escolhas mais significativas e que ampliem sua autonomia. Contudo, essa realidade não ocorre para todas da mesma maneira, existindo modos diferenciados de viver a velhice, conforme afirma Peixoto (2004),

(...) uma vez que o envelhecimento está estritamente relacionado às condições materiais e simbólicas que identificam socialmente cada indivíduo. O envelhecimento é assim diferenciado segundo o grupo social e o sexo a que pertencemos (p.9).

Algumas idosas vão em busca de ocupação profissional externa ao lar para driblar a ociosidade, a solidão, em razão da viuvez/separação e/ou a saída dos(as) filhos(as) das suas casas e, especialmente, com o objetivo de se dedicarem a novas ocupações.

Vale destacar alguns trabalhos a esse respeito: Peixoto (2004) refere a solidariedade familiar; a diminuição dos valores dos proventos; o desejo de ter uma atividade por não adaptação à nova condição de aposentadoria, dentre outros aspectos que levam idosos de ambos os sexos a quererem retornar à atividade produtiva. Em outro estudo, Peixoto (2005)

trata da troca de ajudas entre as gerações e identificou que quase a metade de seus sujeitos voltou ao trabalho. Brito da Mota (2004) destaca que a procura por grupos para a terceira idade como fator de: sociabilidade e satisfação de mulheres após a aposentadoria, a importância para elas de manter relações com grupos de apoio, destacando a influência das conquistas femininas nessa fase da vida.

Outro aspecto importante a se ressaltar é aquele da relação das mulheres idosas com seu núcleo familiar, especialmente os relacionamentos pertencentes a estratos sociais economicamente desfavorecidos. Como ressalta Peixoto (2005), citando Pitrou (2005), o que nesse caso se verifica é a solidariedade relacionada à própria subsistência. São apoios que podem ocorrer em situações de desemprego, de doenças ou quando há a separação de um(a) dos(as) filhos(as). O suporte financeiro poderia também se dar em situações nas quais as aposentadas morem com alguns desses filhos. A respeito desta última situação, ou mesmo de quando filhos passam a residir com suas mães, Peixoto (1997) sinaliza que essas idosas passam a não ter gastos com moradia. Essa economia e a receita proveniente da locação de suas casas (quando são proprietárias) vão ser utilizadas para despesas nesse lar, para gastos com netos. Entendemos que os fatores citados acima podem contribuir para o seu retorno ao mundo laborativo. Essa demanda foi identificada por dados do IBGE (2007), estes apontam que 83% das mulheres contribuem para a renda da casa. Sua permanência no mercado de trabalho é a seguinte: 20,6% ainda estão trabalhando.

O processo de envelhecer não é o mesmo para todas as pessoas; existem particularidades e semelhanças quando pensamos a respeito das idosas. As práticas femininas estavam, e ainda permanecem, vinculadas à percepção tradicional acerca da posição feminina no mundo, na família e no trabalho. As relações sociais de gênero, ou seja, de dominação e de subalternidade, iniciadas em casa com o pai, são transferidas para o marido e/ou companheiro.

Há uma perpetuação de uma ordem simbólica proveniente de uma cultura androcêntrica que produz e reproduz a dominação masculina (Bourdieu, 1999), influenciando a possibilidade de escolhas mais significativas, como a escolarização e de ter uma profissão. O que demonstra uma dependência econômica de familiares. As desigualdades entre homens e mulheres referentes à hierarquia e à assimetria de gênero se somam as dificuldades objetivas.

No que tange à educação, por exemplo, quando analisamos esse grupo etário, não era

para todas por ser direcionada a uma determinada classe social, como sinalizam Rosemberg e Amado (1992). Muitas não frequentaram a escola, pois a Educação Pública, segundo Paludo (2001), até a década de 60-70, ou seja, a escolarização, ainda não era uma realidade na maior parte das cidades do Brasil, principalmente no campo. O que justificaria sua grande concentração nas atividades domésticas, pelo fato de que historicamente estas são exercidas por aqueles que têm pouco estudo.

Para as mais pobres, o acesso à escolarização foi precário em consequência das dificuldades que enfrentam em frequentar e se manter na escola (precisavam trabalhar) e devido ao ideário sexista construído a partir das formas masculinas da organização social, no qual as mesmas são percebidas como tendo menos habilidades intelectuais (Rago, 2004). Concepção esta baseada na ideologia de que há uma inferioridade feminina, que seria proveniente de sua incapacidade de pensamento/reflexão. Este ideário legitimou a baixa escolaridade dessas pessoas no passado. Iniquidade que se expressou no cotidiano com práticas sociais diferenciadas pelo gênero no mundo público e na vida privada, baseada em uma rígida separação, na qual a elas era destinado o lar e/ou o cuidado.

Para Hirata (2002), a interrelação entre o público e o doméstico levam a arranjos que possibilitem a conciliação das ocupações no lar e fora dele, como é o caso do trabalho em período parcial e da interrupção durante um período para cuidar dos filhos. Acabam, então, as mulheres vivenciando situações de mais precariedade econômica, se comparadas aos homens.

Louro (2002) e Rago (2004) tecem considerações a respeito do efeito da *domesticidade*, identificando que essa construção social ocorre a partir do momento em que o trabalho de mulheres e crianças, e o papel de destaque na ordem produtiva sofreu transformações, sendo substituído para o âmbito do lar. Essas transformações ocorreram paralelamente à mudança da concepção de família que passou a ter um papel fundamental nas sociedades, assim como a da figura feminina e o seu cuidado para com os familiares.

A dificuldade de se escolarizar, enfrentada no passado, reflete-se na vida das pessoas de mais idade, pois essas pessoas vivenciam uma série de precariedades e estigmas em uma sociedade (como é o caso da brasileira), na qual há uma desqualificação daqueles que têm pouco estudo. Isso reproduz desigualdades de classe e diminui as chances de que, nessa fase da sua existência, mulheres trabalhadoras possam redimensionar as próprias vidas e até conseguir um emprego para contribuir na renda familiar.

As considerações de Bourdieu (1996) a respeito da aquisição dos bens culturais nos ajudam a compreender melhor as questões discutidas pelos autores supracitados e na condução do que se pretende desenvolver. Na visão de Bourdieu e Passeron (1964), o conhecimento é um bem, já que a sua aquisição, entre os diferentes grupos sociais, possibilitará àqueles que o possuem um poder real e simbólico sobre os demais. Os “privilegiados” passam a contar com uma proximidade com as mais diversas práticas sociais valorizadas por uma classe que não deixa de ser dominante- a dos bem-letrados. Esses bens podem ser adquiridos na escola, onde o conhecimento é transmitido pela educação formal, como pela família e em outros espaços de socialização. Estes vão possibilitar a obtenção de diversas propriedades culturais, como a frequência a teatros, museus e concertos, a leitura de livros e todo o tipo de informações. E sendo um bem, a sua posse diferencia aqueles que os têm dos que não tiveram acesso a uma maior escolarização.

O que nos permite compreender o lugar que a cultura passou a ter na hierarquização dos indivíduos. Para Bourdieu (1996), os agentes sociais estão inseridos em um Espaço Social, ou seja, determinada região topologicamente delimitada, na qual se estabelecem as relações entre os habitantes que apresentam diferentes níveis de acesso aos bens econômicos e culturais. A hierarquia vertical dos grupos sociais os distingue, portanto, segundo a estrutura e acúmulo desse capital e a sua aquisição está intimamente relacionada com a classe social de tais pessoas.

Bourdieu (1996) ressalta que os sistemas simbólicos dominantes legitimados são os gerados, construídos pelos segmentos sociais que ocupam uma posição dominante no Espaço Social. Exemplificando, na nossa sociedade estes seriam a escolarização e todos os seus mecanismos de aprovação e classificação (a língua culta, os exames, os diplomas e os currículos transmitidos, entre outros). De tal modo que as menores possibilidades de escolarização e de acesso à informação vão determinar a posição que a pessoa ocupa na sociedade, o que explica as dificuldades dessas pessoas na obtenção de melhores salários, de manter suas famílias e muitas das vezes não conseguem se empregar.

Há uma relação entre a precarização econômica e as oportunidades de estudo. É comum uma trajetória educacional não sequencial ou mesmo a exclusão da escola, perdurando a insuficiência e desigualdade no nível de escolarização.

Como propõe Bourdieu, há uma “(...) distribuição desigual, entre as classes, dos instrumentos necessários à apropriação dos bens culturais” (1996, p.89). Questões estas que nos ajudam a compreender o Itinerário Escolar das mulheres de mais idade das camadas populares, ou seja, não houve uma linearidade; mas, sim, interrupções, que se deram por diferentes motivos, o que justificaria, por exemplo, que as mesmas retornassem aos estudos para poder nessa fase da vida, se escolarizar.

Foi identificada em outra pesquisa, a de Domingos e Martins (2008), a interrelação entre origem social e fatores institucionais que dificultaram para as mulheres pesquisadas sua permanência na escola. Muitas não tiveram o acesso quando crianças e/ou jovens. Tal fato ocorreu pela insuficiência de oportunidades devido à precariedade de oferta no acesso, necessidade de trabalhar para ajudar em casa e as dificuldades para se instruírem, impostas tanto por seus pais, como depois pelos maridos/companheiros, ambos alegando que as mesmas não precisavam estudar, ocupando com o cuidar da casa. O que traduz os fortes marcadores de gênero como um dos fatores que contribuíram para sua pouca escolaridade da idosa brasileira (Martins, 2006).

A inserção das idosas no mercado de trabalho

A mulher brasileira ainda é a principal representante do trabalho doméstico remunerado. Este dado, baseado nos estudos do IPEA (2010), sugere dois fatores para que elas sejam fortemente ligadas ao trabalho doméstico não remunerado: o vínculo cultural da mulher como natural do espaço doméstico e a pouca escolaridade.

O trabalho doméstico tem a mulher como maior representante: 35,5% (IBGE\PME, 2009), dispondo de leis trabalhistas específicas, nas quais se garantem menos direitos aos trabalhadores do gênero feminino, segmento esse que as têm como maior representante - 35,5% (IBGE\PME, 2009), com leis trabalhistas específicas, que, na verdade, garantem menos direitos a elas que aos homens.

Muitas mulheres domésticas não têm vínculo empregatício, mesmo que, no Brasil, a carteira de trabalho assinada garanta ao empregado um seguro em caso de doença, demissão e velhice. E através dela é possível ter um recurso mínimo para se manter até encontrar outra atividade ou mesmo subsidiar sua vida na velhice.

Os estudos supracitados trazem grandes contribuições para a temática, porém percebemos que estão direcionados à população feminina jovem e/ou adulta. Contudo, as pesquisas que tratem em especial das mulheres que têm mais idade ainda são poucas mesmo que na atualidade percebamos esse grupo tendo cada vez mais visibilidade na sociedade.

O percentual dos que têm mais de 60 anos representam 3,7% (IPEA, 2011). Desse grupo etário, muitas exercem atividades como domésticas; esta é uma atividade que concentra um alto número de mulheres com pouca escolaridade. E complementando dados (IBGE/PNAD, 2007), a respeito do percentual das pessoas de mais idade responsáveis por domicílio em 2000 no Brasil, demonstraram por exemplo, que 62 (4%) são homens e 37% são mulheres.

Ratificam os estudos que identificam o seguinte: mesmo os que já estão aposentados continuam suas atividades para complementar suas rendas (18,5% da população idosa acima de 60 anos, 17,6 % acima de 65 anos e 14,3% acima de 70 anos- IBGE/PNAD, 2007). E desse contingente que trabalham, elas representam 20,6% (IBGE/PNAD, 2007).

Camarano (2001) identificou que 4,5% da População Economicamente Ativa era formada por idosos em 1997; já em 1998 passou para 9%, ou seja, dobrou. Ainda de acordo com a pesquisadora, a taxa de atividade dessas pessoas, mesmo que já sejam aposentadas, no período de 1978-1998 continuou crescendo. Entre os homens de 51,2% para 77,6%, e no grupo feminino foi 31,1% para 53,1%. Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2007) demonstrou-se que houve avanços: cada vez mais esses indivíduos estão tendo uma significativa participação na sociedade brasileira.

Ou ainda o que revela outra pesquisa (Silva, 2000), que a grande maioria das idosas ocupadas (81,2%) estavam inseridas no trabalho informal e sem carteira assinada. Desse grupo, 32,4% das idosas tinham uma jornada inferior a 20 horas por semana e 35,3%, de 40 horas ou mais. Na categoria “trabalho por conta própria”, elas eram 40%; outras realizavam trabalhos não-remunerados ou eram domésticas. A grande concentração foi na prestação de serviços sociais e comunitários na saúde, no comércio, na agricultura e outros. A renda mensal, nessa ocasião, era de R\$ 330,00, enquanto a das aposentadas era de R\$ 160,00.

Para Queiroz e Ramalho (2009), há “alterações na dinâmica demográfica, mudanças na estrutura familiar e institucional [que] podem condicionar a participação do [a] idoso [a]na

população economicamente ativa-PEA” (2009, p.2). Apoiados nos dados do PNAD (2007), os autores discutem a relação entre anos de estudo e as chances de emprego formal ou informal nessa faixa etária. E apontam a necessidade dessa volta ao mercado ser motivada por questões econômicas.

Embora muitas dessas pessoas estejam exercendo atividades profissionais, as dificuldades são grandes se tiverem pouca escolarização. Quanto mais estudo, maior o percentual entre os que são funcionários públicos e dispõem de carteira assinada. Aliás, essa última constatação será também diferenciada conforme o gênero, ou seja, as mulheres são a metade do contingente se comparadas com os homens.

Políticas Públicas

Entende-se, neste estudo, que as mudanças ocorridas decorrentes do avanço da mulher nos últimos tempos possibilitaram que o contingente feminino de mais idade redimensionasse aspectos do seu dia a dia. Uma das conquistas observadas é que mulheres idosas buscam se escolarizar e estão presentes no mundo do trabalho, como força ativa. No momento atual no Brasil, por exemplo, trabalhos apontam tanto que elas buscam se alfabetizar e estão matriculadas em Programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Martins, 2004; Beltrame, 2006; Abramo, 2007), como presentes na esfera produtiva.

É inegável que mulheres de mais idade fazem-se representar cada vez mais no espaço público, fato que pode ser explicado por diferentes motivos como a busca por uma maior inserção social. As motivações para passarem a frequentar a escola são, por exemplo: ampliar competências e/ou para se sentirem mais independentes e valorizadas em seu grupo social e pela pressão das Políticas Públicas que priorizam e atendem esse contingente populacional. Exemplar nesse sentido vem sendo a Política Nacional do Idoso, no âmbito da Educação, que propõe no capítulo: IV, parágrafo III : “**a**) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso; e no **e**) desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso; na área de educação” (BRASIL, 1994).

O *Programa Brasil Alfabetizado*, voltado também para idosos, tem, por sua vez, como objetivos: “despertar o interesse pela elevação da escolaridade e uma porta de acesso à

cidadania” (MEC, 2003). E de forma indireta, o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) destina recursos e promove a sua redistribuição por toda a Educação Básica. E pode, ao possibilitar a ampliação das turmas de Educação de Jovens e Adultos, aumentar a oferta de matrículas na modalidade EJA (MEC, 2007).

Embora políticas públicas para as pessoas idosas voltadas à educação tenham sido implementadas, e sejam, sem sombra de dúvida, instrumentos importantíssimos na redução das desigualdades apontadas neste estudo, na prática podem não ser tão eficazes.

Ao se analisar mais de perto os efeitos das políticas públicas supracitadas, identifica-se a repetição do instituído. Dados do último Censo (IBGE, 2010) comprovam o baixíssimo índice de matrículas e permanências na escola por sujeitos desse grupo etário, em média 4-6 anos de estudo. O nível de escolarização ainda é pequeno; houve apenas uma leve redução do analfabetismo e dados do último censo revelam que a permanência nos bancos escolares para essa faixa de idade, é irrelevante: apenas 1,4 do percentual total da população brasileira de mais de 60 anos frequenta a escola (IBGE-SIS, 2010).

Considerações finais

Entende-se a escolarização como um eixo e abertura para a construção da autonomia feminina, assim como, tal como foi identificado em outro estudo, entende-se que um dos caminhos para uma nova visão que as mulheres têm de si mesmas tenha sido a aquisição de capacidades (aprenderam a ler e escrever, novos conteúdos da língua portuguesa ou de matemática, entre outras). A ampliação desses saberes possibilitou-lhes realizar modificações no relacionamento com familiares, este a nosso ver, caracterizado ainda como de dominação (Martins, 2006).

Há uma naturalização das adversidades provenientes das desigualdades e as poucas oportunidades para as mulheres reformularem suas vidas. Estas passam a fazer parte constituinte do seu psiquismo, por ser a subjetividade construída pelos discursos históricos e sociais. Não é fácil a ruptura de tal condição social sem ações que possam redimensionar o cotidiano.

No que diz respeito à inserção no mundo do trabalho, existe um maior número de

idosas não aposentadas trabalhando, comparativamente às que já contam com a Previdência Social, mas o que se observa é que existe ainda 33,2% na informalidade, e uma grande concentração das mesmas, como dito antes, no setor do serviço doméstico. O que sugere o seguinte: a baixa escolaridade dessas mulheres, já que estas na sua maioria possuem poucos anos de escolarização, e, que esse nicho ocupacional é ocupado por aquelas pessoas que possuem pouco estudo.

Tal conclusão demonstra a ineficiência das Políticas Públicas direcionadas a esse grupo etário; estas ainda não alcançaram seus objetivos, ou seja, não possibilitaram uma ampla escolarização para homens e mulheres de mais idade das camadas populares, pois são estas que não puderam se escolarizar quando jovens. Realidade agravada, no caso das mulheres, devido a marcadores de gênero; dificuldades de frequentar os bancos escolares e ao mesmo tempo realizar os afazeres domésticos, restringiram a presença feminina em escolas, sem falar no preconceito enfrentado no ambiente familiar, pelo fato de que muitas famílias não viam com bons olhos a escolarização de suas filhas e/ou esposas.

Nesse sentido, entende-se que, em um contexto no qual há inúmeras desigualdades no mercado de trabalho para as pessoas de pouca escolarização, o retorno dessas mulheres ao mercado de trabalho é marcado por iniquidades, quando analisamos o acesso aos direitos sociais, como os trabalhistas e remuneração. Faz-se necessário existirem mecanismos que lhes possibilitem conseguir melhores condições para se constituírem como sujeitos ativos na esfera produtiva, e com condição mais digna de vida, minimizando o predomínio masculino.

As dificuldades sinalizadas demonstram as barreiras na possibilidade de terem as mulheres mais autonomia, já que poder decidir sobre sua própria vida lhes reservaria um maior poder nas relações que se estabelecem na família e na sociedade. O que nos faz concluir da urgência de maiores investimentos para possibilitar o acesso a uma maior escolarização, o incremento da sua empregabilidade, a ampliação de uma rede de apoio, e as devidas políticas públicas, entre outras providências, para que as mulheres em foco possam reescrever suas biografias.

Referências

- Araújo, C. & Scalon, C. (2005). Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre a família e trabalho pago no Brasil. *In: Araújo, C. & Scalon, C. (Orgs.). Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro (RJ): FGV.
- Araújo, C., Picanço, F. & Scalon, C. (2007). *Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. Bauru (SP): EDUSC.
- Beltrame, S.A.B. (2006, ag.). Relações de gênero na escolarização de pessoas adultas. UFSC: *O Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Bourdieu, P. & Passeron, J.C. (1964). *Les héritiers*. Paris (France): Minuit.
- Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Mariza Correa, Trad. Campinas (SP): Papirus.
- _____. (1998a). A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura. *In: Nogueira, M.A. & Catani, A. (Orgs.). Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis (RJ): Vozes.
- _____. (1999). *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil.
- Bruschini, C. (2007). Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? *In: Araújo, C.L. (Org.). Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*, 21-58. São Paulo (SP): EDUSC.
- BRASIL. Lei 8842. (1994). POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO. De 4 de janeiro 1994. *Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá providências*. Recuperado em 30 janeiro, 2010, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm.
- Camarano, A.A. (2001). *O Idoso Brasileiro no Mercado de Trabalho*. Texto para discussão n.º 830. Rio de Janeiro (RJ): IPEA.
- Chizotti, A. (2005). *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo (SP): Cortez.
- Costa, J.F. (1979). *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra.
- Debert, G.G. (1994) Gênero e envelhecimento. Os programas para a terceira idade e o movimento dos aposentados. Rio de Janeiro (RJ): *Revista Estudos Feministas*, 2(3).
- Delors, J. (2000) Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo (SP): Cortez, Brasília (DF): MEC: UNESCO.
- Domingos, A.M. & Martins, M.T.L. (2008). Além dos Espaços Escolares Convencionais, Mulheres Idosas em um Grupo de Alfabetização e Apoio Escolar. *Revista Teias*, 9, 130-140.
- Fundação Perseu Abramo. (2007). *Idosos no Brasil: Vivências, Desafios e Expectativas na 3ª Idade*. São Paulo (SP): Fundação Perseu Abramo. (em parceria com SESC Nacional e SESCSP).
- Gidens, A. (1989). *A constituição da sociedade*. São Paulo (SP): Martins Fontes.

- Heilborn, M.L. (1999). Construção de si, gênero e sexualidade. *In: Heilborn M.L. (Org.). Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*, 40-58. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar.
- Hirata, H. (2002). Reorganização da Produção e Transformações do Trabalho: uma Nova Divisão Sexual? *In: Bruschini e Umbehaum. (Orgs.). Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*. São Paulo (SP): Fundação Carlos Chagas e Editora 34.
- IBGE-Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (2000). *Estatística/População/Perfil da Mulher*. (CD-ROM).
- _____. (2003). *Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios. Censo Demográfico*, 1(1), 54.
- _____. (2007). *Síntese dos Indicadores Sociais. Uma Análise Das Condições de Vida da População Brasileira*. Brasília (DF): Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (CD-ROM).
- _____. (2009). Pesquisa Mensal de Emprego/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE).
- IBGE/ PNAD. (2007). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro (RJ). (CD-ROM).
- IBGE/PME-Indicadores. (2009). *Trabalho e Rendimento - Mulher no Mercado de Trabalho*. Recuperado em 2 maio, 2011, de: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf.
- INEP/MEC. Trajetória da Mulher na Educação Brasileira- com dados coletados entre 1996 e 2003. Informativo ano 3 n. 79. 2005.
- IPEA. (s/d.). *Mulher e trabalho: Avanços e continuidades*. (Comunicado n.º 40). Recuperado em 02 maio, 2011, de: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1766.
- Louro. G. (2002). Gênero: questões para a educação. *In: Bruschini, C. & Unbenhaum, S. (Orgs.). Gênero, Democracia e Sociedade*, 225-242. São Paulo (SP): Ed 34, FCC.
- Martins, M.T.L. & Vargens, O. (2008). A Obtenção de Capital Cultural por Mulheres Idosas dos Segmentos Populares: um direito a se cumprir. (Dossiê Velhice e Educação). *Revista Educação Unisal*, 19, 103-116.
- Martins, V. (2004). *Alfabetização a conquista da liberdade*. Porto Alegre (RS): *Brasil Responsável*, 4, 18-23 .
- MEC/Ministério da Educação e Cultura. (2003). *Programa Brasil Alfabetizado*. Recuperado em 02 janeiro, 2010, de: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12280&Itemid=86.
- MEC/Ministério da Educação e Cultura. (2007). Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Brasil.
- Minayo M. & Sanches, O. (1993). Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade? *Cad Saúde Pública*, 9, 239-262.

_____. (s/d.). *O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo (SP): HUCITEC/ABRASCO,

Mota, da B. (2004). (Org.). Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro (RJ): Editora FGV (Série: Família, Geração & Cultura).

Oliveira, C.M. (2001). O que é a ciência e o fazer ciência para Bourdieu? *Revista PARA'AIWA*, 1, 15-18.

Paludo, C. (2001). *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular*. Porto Alegre (RS): Tomo Editorial.

Peixoto, C. (1997). Histórias de mais de 60 anos. *Revista Estudos Feministas*, 5(1), 148-158.

_____. (Org.). (2004). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro (RJ): Editora FGV. (Série: Família, Geração & Cultura).

_____. (2005). Solidariedade familiar intergeracional. In: Araújo, C. & Scalon, C. (Orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro (RJ): Editora FGV. .

Pinheiro, L., Fontoura, N., Querino, A.C., Bonetti, A. & Rosa, W. (2008). *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. (3ª ed.). Brasília (DF): Ipea: SPM: UNIFEM.

Queiroz, V.S. & Ramalho, H.M.B. (s/d.). *A Escolha Ocupacional dos Idosos no Mercado de Trabalho: Evidências para o Brasil*. Recuperado em 02 janeiro, 2010, de: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2009/docs/a-escolha.pdf>.

Rago, M. (2004). Ser Mulher no século XXI. In: *A mulher brasileira nos espaços público e privado*, 31-42. São Paulo (SP): Fundação Perseu Abramo.

Rosemberg, F. & Amado, T. (1992). *Mulheres na escola*. São Paulo (SP): *Cadernos de Pesquisa*, 80, 62-67.

Sorj. B. (2004). *Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado*. In: *A mulher brasileira nos espaços, público e privado*, 31-42). São Paulo (SP): Fundação Perseu Abramo.

Wajnman, S., Oliveira, E. & Oliveira, A.M. (2004). Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. In: Camarano, A.A. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?*, 453-480. Rio de Janeiro (RJ), IPEA.

Recebido em 30/04/2013

Aceito em 30/06/2013

Mirian Teresa de Sá Leitão Martins - Mestre em Ciências Médicas\UERJ. Professora de ensino superior e membro do NUDERG\UERJ.

E-mail: mirianteresad@yahoo.com.br

Thaiana Rodrigues - Discente do último período do curso de Ciências Sociais da UERJ.

E-mail: thaianarodrigues@gmail.com